O Super Endividamento à Luz do Código de Defesa do Consumidor

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Fábio Costa De Carvalho
Daniel Victor Verli Ramos
Matheus Piran Vicente
Jose Mauro S Leiti Filho

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNINOVE - UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

Introdução

O superendividamento é um problema que vem crescendo no Brasil. Ele acontece quando as pessoas não conseguem pagar suas dívidas sem afetar o seu dia a dia. Essa situação piora por causa de hábitos irresponsáveis e pela falta de educação financeira, o que deixa muitas pessoas em uma situação financeira difícil. Para enfrentar essa questão, o Código de Defesa do Consumidor (CDC), tem como objetivo proteger os consumidores. Este trabalho analisa o superendividamento à luz da legislação vigente, com foco nas suas implicações para a protecção do consumidor.O superendividamento pode ser dividido em duas categorias: ativo e passivo. O superendividamento ativo ocorre quando o consumidor assume dívidas de forma irresponsável, sem planejamento financeiro adequado. Já o passivo é caracterizado pela incapacidade de pagamento decorrente de fatores alheios à vontade do consumidor, como desemprego, doenças ou crises econômicas.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é entender o fenômeno do superendividamento, considerando o que diz o Código de Defesa do Consumidor, e a Lei nº 14.181/2021, que trouxe mudanças importantes para lidar melhor com o problema das dívidas. Vamos analisar como a legislação protege as pessoas, verificar as opções disponíveis para renegociar dívidas.

Material e Métodos

A pesquisa será de caráter qualitativo e exploratório, utilizando a análise bibliográfica e documental como principal metodologia. A base de dados inclui a legislação brasileira, em especial o Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº 14.181/2021, além de doutrina especializada em Direito do Consumidor, artigos científicos, e jurisprudência relevante. Também serão analisados relatórios de órgãos de defesa do consumidor e estatísticas sobre o superendividamento. O estudo será realizado a partir da revisão de literatura, comparação de normativas e análise de casos concretos para entender a aplicação das novas disposições legais.

Resultados e Discussão

Os resultados mostram que as pessoas estão cada vez mais conscientes dos riscos do superendividamento e do impacto positivo do Código de Defesa do Consumidor na proteção dos consumidores. O CDC permite que as dívidas sejam renegociadas e garantindo o direito ao mínimo existente, o que é um passo importante para equilibrar as relações de consumo. No entanto, ainda enfrentamos alguns desafios, como a resistência de algumas instituições financeiras em adotar práticas mais transparentes e a falta de educação financeira entre os consumidores. Embora a lei represente um avanço significativo, sua eficácia depende de uma boa implementação e da adaptação das práticas comerciais.

Conclusão

O superendividamento é um problema complicado que afeta muitas pessoas no Brasil. Código de Defesa do Consumidor é uma importante ferramenta que ajuda na proteção e reorganização das dívidas. No entanto, para que o Código de Defesa do Consumidor realmente faça a diferença, é fundamental que haja uma mudança de mentalidade tanto nas instituições financeiras quanto entre os consumidores. Além disso, é importante promover uma educação financeira mais eficaz.

Referências

- BRASIL. Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
- BRASIL. Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021.
- SENACON. Relatório sobre Superendividamento no Brasil. Secretaria Nacional do Consumidor, 2021.